

Eventos, publicações e práticas da política ambiental no Brasil

Events, publications and practice of environmental policy in Brazil

Janayde de Castro Gonçalves¹



Resumo

A política ambiental no Brasil apresenta eventos, publicações e mobilizações que ocorreram ao longo de todos os séculos que marcam sua existência como nação. Após seu início, com um processo exploratório da colonização e comércio, vieram pequenas e esporádicas ações com o objetivo de instituir sanções ou uma legislação para ir de encontro com a acelerada devastação das florestas e demais recursos naturais. Mas é a partir de meados do século XX que desponta a ecologia e suas manifestações como movimento social e político. O presente artigo busca resumir um pouco dos processos, eventos e documentos que marcaram a trajetória da política ambiental no país, apresentando as principais ações e políticas públicas, especialmente de viés legislador que buscaram soluções para a gestão dos recursos ambientais brasileiros e revela a mídia como ferramenta de divulgação e alerta para as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas.

Palavras-chave: Política. Ecologia. Recursos naturais.

Abstract

Environmental policy in Brazil presents events, publications and mobilizations that occurred throughout the centuries to mark its existence as a nation. After its launch, with an exploratory process of colonization and trade, were small and sporadic actions with the aim of establishing a sanctions or a law to meet with the accelerated devastation of forests and other natural resources. But it is from the middle of the twentieth century that topping the ecology and its manifestations as political and social movement. This paper summarized some of the processes, events and documents that marked the trajectory of environmental policy in the country, presenting the main actions and public policies, especially of bias legislator who sought solutions to the management of environmental resources and shows the Brazilian media as tool to disseminate and alert to major changes in recent decades.

Keywords: Politics. Ecology. Environmental resources.

Introdução

Até o século XVI, o homem mantinha uma relação orgânica com a natureza, os fenômenos espirituais e materiais eram interdependentes. Os povos e tribos da antiguidade respeitavam e adoravam os elementos e seres da natureza, o sol, a tempestade, o vento, o dia e a noite, as estações, a lua. No ocidente, Deus era considerado o centro do Universo. Entre os séculos XVI e XVIII os valores começam a se inverter, e o homem ocupa esse lugar. O raciocínio científico, o humanismo e o antropocentrismo são os pensamentos

predominantes. As necessidades humanas são priorizadas numa dinâmica em que a natureza deve servir ao homem. Mas é a partir do século XVIII que a ação do homem através da história resulta em grandes impactos ambientais. Com a Revolução Industrial os recursos naturais começam a se exaurir, como se sabe da exploração do Brasil desde sua colonização e desenvolvimento.

Como explica Costa (2001), se buscarmos os registros, em pleno século XVI, saberemos que, no ano de 1503, Fernão de Noronha iniciou a comercialização do pau-brasil, no início um monopólio da coroa

¹ Janayde de Castro Gonçalves, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. Graduada em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza. janaydegoncalves@gmail.com

portuguesa. Em seguida participaram a Inglaterra, França, Espanha e a Holanda. E somente no ano de 1542 a Carta Régia do Brasil estabelecia normas disciplinares para o corte de madeira e determinava punições para os abusos que vinham sendo cometidos. Em 1850 D. Pedro II promulgou a Lei 601 proibindo a exploração. Esta foi a primeira das atitudes governamentais em defesa do meio ambiente.

Conforme o processo de exploração avança, vários ecossistemas aos poucos vão se modificando, marcados com a disputa pelo poder dos recursos naturais. Nossa cultura adotou progressivamente padrões individualistas e reducionistas, o que nos distanciou do domínio e do controle equilibrado do ambiente natural.

1 O entendimento ambiental desperta

Nesta época, pensadores cientistas iniciavam estudos e previsões de que o comportamento humano, especialmente o ocidental, estava originando em longo prazo um processo de transformação irreversível.

Em artigo para a publicação “Meio Ambiente no Século XXI”, o atual Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, afirma que o país está na linha de frente do pensamento ambientalista, com seus intelectuais e escritores protestando diretamente contra o modelo que presidiu a colonização do país:

Quem chamou a nossa atenção para a existência dessa linhagem ou tradição da ‘crítica ambiental’ no Brasil, a partir das últimas décadas do século 18, foi o historiador e cientista político José Augusto Pádua, em seu recente e excelente livro *Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888)*. Para a nossa surpresa Pádua rastreou “a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no País entre 1786 e 1888, muito antes do que convencionalmente se imagina como sendo o momento de origem desse tipo de debate”. Como se vê, uma tradição que se estende por mais de 100 anos. O estudioso conseguiu reunir cerca de 150 textos produzidos por mais de 50 autores sobre o tema, demonstrando assim que, antes de

ser um modismo importado ou uma idéia fora do lugar, como querem os mais apressados e superficiais, a discussão ambiental, na verdade, acompanha a discussão sobre o destino do País desde os tempos coloniais. (GIL, 2003 p. 47-48)

Em 1920, o pau-brasil foi considerado extinto. O então presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, alertava que o Brasil era único dos países dotados de ricas florestas que não possuía um código florestal. Quatorze anos depois, Em 1934, foi criado um anteprojeto do Código Florestal de 1931, pelo decreto nº 23.793 que foi transformado em lei, em defesa das florestas e matas particulares.

A poluição ocasionada pela queima do carvão vegetal e mineral, e a concentração urbana sem saneamento básico foram os principais sinais de que a relação do homem com o meio ambiente² estava desarmônica. O desafio ecológico que aos poucos se posicionava é extremamente complexo. E todos estes acontecimentos levam a crer que o principal problema está no entendimento da sociedade humana em relação aos fatores de perturbação responsáveis pela situação de desordem na biosfera.

O entendimento que os indivíduos adquirem sobre a sua relação com o meio ambiente chama-se consciência ambiental e esta, por sua vez, é sinalizada por alguns acontecimentos históricos.

Em *Governança para o século XXI*, Aspásia Camargo (2003) escreve que a consciência ambiental sofre de um mal congênito e de uma limitação crônica; que os problemas ambientais se tornam de difícil compreensão porque aparecem fragmentados e associadas à química, biologia, engenharia ou botânica; e as ciências de natureza são pouco acessível ao entendimento da maioria das pessoas, mesmo entre os formadores de opinião. Mas os desafios ambientais deveriam ser vistos de modo holístico: mundo, homem e vida são entidades únicas, complexas e intimamente associadas.

2 Ecologia como movimento social e político

O discurso ambiental, o diálogo sobre ecologia³, numa esfera política, é histórico e cronologicamente

² Meio ambiente é o universo de elementos físicos, químicos e biológicos que interagem e regem a vida em todas as suas formas.

³ Ecologia é a ciência que estuda o meio ambiente. A palavra ecologia vem do grego. Oikos (casa) e logos (estudo), ou seja, ecologia é o estudo da casa Terra, em todas as relações que interligam os moradores dessa casa. Foi um termo criado pelo biólogo alemão Ernest Haeckel em 1866. Ecologia pode ser praticada como disciplina científica, filosofia, política ou estilo de vida.

estabelecido; ele posiciona-se em oposição à sociedade capitalista, numa orientação adversa aos processos de exploração, urbanização e industrialização.

Em 1934, o professor Felix Rawitscher iniciou o estudo e o ensino de ecologia no Brasil e suas idéias representam um grande passo para o atual movimento ambientalista nacional. Neste ano foi também realizada no Museu Nacional a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.

Mas é somente três décadas depois que surge, à primeira vista, o ambientalismo brasileiro. Como um movimento social que busca medidas de proteção ambiental, ele se manifesta em diferentes correntes de pensamento, por meio de múltiplas organizações, não estruturadas, em resposta à crescente crise da civilização. Esta crise, caracterizada pelo consumo exacerbado, é percebida por vários setores sociais, tanto em ordem teórica quanto política.

A partir dos anos 60, instituições e organizações não-governamentais mobilizam outros interessados com o objetivo de defender o meio ambiente através de manifestações sociais e projetos para a conservação ecológica. Segundo Ascensão e Alves (2006) os famosos *sixties* marcam uma década importante é proclamada pelas Nações Unidas como a década do desenvolvimento.

Nesta época, inicia-se uma grande revolução comportamental; além da Revolução Cubana, despontam movimentos em todas as partes do mundo, hippies com seus protestos contrários às guerras, o surgimento do feminismo assim como movimentos civis em favor dos negros e homossexuais. O ambientalismo questionava, assim como os demais, os valores da sociedade capitalista. A proteção da natureza, o não-consumo, a autonomia e o pacifismo eram alguma das bandeiras da época.

No Brasil, e em diversas partes do mundo, algumas pessoas buscavam habitar casas construídas com materiais pouco convencionais, baratos e reciclados; propõem uma agricultura orgânica de policultura, sem uso de agrotóxicos, evitavam a educação formal que promovia competição e individualismo, buscavam a saúde através da prevenção, da alimentação e da medicina natural, procuravam utilizar energia e

tecnologia recicláveis e não-poluente. Os precursores do Movimento Alternativo⁴ eram os primeiros ambientalistas a oferecer novas opções às formas desgastadas com as quais a civilização lidava com o meio e os outros. A luta pela preservação dos recursos ia ganhando força graças à ação dos alternativos, que abraçam como prioridade a causa verde.

No ano de 1972, uma mudança visionária da humanidade, assim como a preocupação com a sobrevivência, desponta solenemente como acontecimento. A Conferência de Estocolmo foi a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Considerada um marco histórico político internacional, este evento fez com que a atenção mundial se voltasse para a crise ambiental. Desta conferência, foi escrita a Declaração de Estocolmo, que deu importância a educação ambiental como promotora de qualidade de vida.

Diversas ações foram sendo propostas e concretizadas ao longo dos últimos séculos, sejam de iniciativa civil ou governamental, de viés atenuante ou acelerador, os acontecimentos que marcam o ambientalismo brasileiro são expressões de um contexto histórico, com capacidade transformadora da realidade sócio-política existente.

A presença de vertentes políticas voltadas para o respeito à vida e à biosfera, foram dando origem a diversos cenários ecologistas pelo país. E, com elas, uma conjunção de publicações vão surgindo e registrando a ecologia não apenas como uma ciência nova. Além do aspecto epistemológico e científico, nesta década ela inaugura um viés político.

A história mostra, assim (...) a ecologia em seu movimento, em sua prática como linguagem, como mediação para simbolizar o ambiente natural, desdobrou-se em discurso político – o ecologismo – que reorganiza sentidos e inaugura uma outra prática discursiva, a da ecologia política. É na década de 70 que essa “transformação” se dá: a noção de que a questão ambiental não é puramente uma questão ‘do ecossistema’, mas o resultado da interação entre este e as atividades humanas. (BONFIGLIOLI, 2004, p.2)

Grinn (1996) nos lembra que, a partir de 1979, a anistia traz de volta os exilados políticos brasileiros,

³ O Movimento Alternativo é um movimento de cultura popular. Ele surgiu no Brasil na década de 1960 e resiste até hoje nas comunidades alternativas e nos ENCAS (Encontros Nacionais das Comunidades Alternativas), quem acontecem todos os anos, proporcionando espaços abertos para diversos tipos de manifestações culturais, onde se compartilham experiências nas áreas de espiritualismo, naturalismo, ecologia, agricultura orgânica e vivência comunitária.

que trazem na bagagem intelectual muitas idéias sobre o meio ambiente com as quais os militantes de esquerda haviam tomado contato na Europa e nos Estados Unidos durante os anos de 70, e isso tornou o ambientalismo brasileiro muito rico e complexo.

Com eles, muitos fóruns, manifestos, publicações e acontecimentos validam o discurso ecológico e o legitimam, mostram que o tema é tratado por instituições de várias instâncias. Em alguns espaços representados pela mídia, como a Revista Planeta, que surge nesta época, a questão ambiental adquire fomento com várias participações, desde entidades do setor privado, cientistas, tecnólogos a governos e organizações ambientais.

A evolução dos meios de comunicação permitiu que essa prática discursiva também se ampliasse. “A relação de dependência que o homem tem da natureza começa a ser significada como uma relação de causa e efeito devido ao papel ‘democratizante’ da divulgação de discursos atribuídos à mídia.” (BONFIGLIOLI, 2004, p.3)

3 Eventos e documentos

Em decorrência da conferência de Estocolmo, em 1983 as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que tinha como objetivo avaliar a questão ambiental em paralelo ao desenvolvimento mundial por meio de um plano de ação. Em 1987, esta comissão publicou um relatório que define desenvolvimento sustentável e sua contribuição para a crise ambiental. Sob o título original *Our Common Future* (em português, Nosso Futuro Comum) o documento estabeleceu três elementos fundamentais do novo modelo proposto.

A partir da avaliação de temas como economia internacional, população, segurança alimentar, espécies e ecossistemas, energia, indústria e crescimento urbano, a comissão chegou à conclusão que proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social seriam os caminhos a serem percorridos para a solução dos desafios anunciados.

O final da década de 80 foi marcado pela preocupação com os gases poluentes, após a descoberta do buraco na camada de ozônio, faixa atmosférica que está sendo modificada por causa da intensa emissão de gases poluentes, a mídia começou a intensificar a atenção para as questões ecológicas, e no Brasil, os meios passaram a publicar e divulgar os problemas ambientais enfrentados pela Amazônia.

Diversos eventos e relatórios internacionais vinham afirmando mundialmente alguns consensos que, ainda distantes de uma consciência ecológica elevada, se estabeleciam além das preocupações mais comuns da nossa cultura. Os meios de comunicação de massa deram prova a esses registros nos últimos anos da década de 80, quando começa a ser discutido, com a instituição da democracia, o modelo de desenvolvimento sucedido pela Industrialização.

Em setembro de 1981 é publicada em Diário Oficial a lei nº 6.938, que dispõe então, oficialmente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação. Com objetivo essencial na preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visaria assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico e à proteção da dignidade da vida humana, baseada em princípios, instrumentos, órgãos e entidades da União, dos estados e municípios, constituindo assim, o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Mas, como temos acompanhado nesse estudo sobre a historicidade da política ambiental brasileira, não só na década em questão como nas anteriores, em especial nas últimas do século XX, atingiu-se um aumento da sensibilidade para perceber a desordem global da Biosfera.

Foi, contudo, com a Constituição de 1988 que o Brasil deu um importante passo para a formulação de sua política ambiental. Pela primeira vez na história de uma nação, uma Constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente, dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade pela sua preservação. No artigo 225, pode-se ler: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo – se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-la e preservá-lo para as futuras gerações.”

O jornalista e escritor Fernando Gabeira (2003), em seu artigo “Congresso e Meio Ambiente”, nos lembra que a na década de 90 o congresso aprovou várias leis para preservar o meio ambiente no Brasil. E que se dividirmos o campo, como fazem alguns técnicos, em agenda verde, azul e marrom, veremos que todos foram tocados por uma atividade transformadora ou pelo menos destinada, na sua intenção, a melhorar as condições ambientais no país. Para o jornalista, sociedade e mídia há muito tempo denunciavam a impunidade como fator decisivo no processo de destruição.

O ano de 1990 foi declarado, pela organização das Nações Unidas o Ano Internacional -do Meio Ambiente. O Brasil, no ano seguinte, 1991, através da portaria 678 do MEC (14.05.91), deliberou que os métodos de ensino em todas as instâncias, graus e níveis contemplem, nos seus currículos, conteúdos que façam alusão à Educação Ambiental.

O grande ano do meio ambiente no Brasil foi 1992, quando aconteceu, de 3 a 14 de Junho, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, já citada.

A Rio-92 foi a maior conferência já realizada em todo o mundo para discutir meio ambiente. Reuniram-se mais de 100 chefes de Estado e representantes de mais de 170 países, que adotaram três grandes acordos: a Agenda 21, a Declaração do Rio e a Declaração dos Princípios das Florestas.

Ao ler declarações, textos e relatórios produzidos pelas diversas instâncias internacionais competentes ao longo deste período, poderemos nos deparar, infelizmente, com evidências lógicas e redundantes. Todos eles falam que, nas últimas décadas, vêm-se chamando atenção para os mesmos problemas: se, nos próximos anos, não houver uma mudança de atitude, será tarde demais, já que a deteriorização do planeta está acelerada, e nenhum dos países líderes de ordem mundial tomou atitudes constantes e eficazes de caráter ecológico.

Mas os documentos e acordos resultados da conferência Rio 92 registram um passo importante da política ambiental no Brasil e no mundo. Um documento de destaque, a Agenda 21, lista um plano de ações a serem adotadas pela sociedade, pelo governo e pelos setores, econômicos para consolidar uma política de desenvolvimento sustentável. Mas, para Novaes (2003), a Agenda 21 não é apenas um documento, é na verdade uma longa história. Não é também um receituário mágico, com fórmulas para solucionar todos os problemas ambientais e sociais. Para o autor, ela representa um processo de participação em que as entidades acima mencionadas sentam-se à mesa para diagnosticar os problemas, entender os conflitos envolvidos e pactuar formas de resolvê-las, de uma forma que se possa construir a tão sonhada sustentabilidade de uma maneira ampliada e progressiva.

Novaes alerta ainda que esse estudo já apontava para que a humanidade reconheça que os recursos do planeta não são infinitos e é preciso adotar urgentemente

novas formas de produção e consumo, sem sacrificar a natureza e sem comprometer os direitos das gerações futuras.

A implantação desse processo se deu em 1997, na gestão do então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e até a sua conclusão, em 2002, envolveu cerca de 40 mil pessoas nas discussões nos estados brasileiros.

A Declaração do Rio, por sua vez, segundo publicação oriunda da conferência, contém 27 princípios de orientação para uma ação internacional baseada na responsabilidade social e econômica. E a última, Declaração das Florestas, assim comumente nomeada, é a Declaração de Princípios para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas, alerta para o importante papel das florestas no combate à redução da emissão dos gases de carbono.

Como conta Mousinho (2003), a Conferência do Rio fez história ao chamar a atenção de todo o mundo para uma questão nova na época: a compreensão de que os problemas ambientais do planeta estão intimamente ligados às condições econômicas e à justiça social. Os chefes de Estado reconheceram a necessidade de integração e equilíbrio entre as questões ambientais sociais e econômicas para sobrevivência da vida humana no planeta e elegeram o desenvolvimento sustentável como meta a ser alcançada nos níveis local, nacional e global.

A Rio-92 produziu diretamente sobre o movimento ambientalista no Brasil e sobre a consciência da população de um modo geral um salto de qualidade que foi proclamado por militantes de todo o país.

Em agosto de 1992, o povo brasileiro saiu às ruas para gritar o *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello. A juventude, pintou o rosto de verde e amarelo e levantou bandeiras “Fora Collor”. A revista Veja, em 30 de setembro de 1992 assim como os jornais de todo o país noticiavam o afastamento do cargo do corrupto. Ao passo que marchava nas ruas o protesto, os ambientalistas, representados pelo Partido Verde abriam o foco para uma discussão além – corrupção e criticavam também a cultura consumista como reprodutora da corrupção.

A cultura da nossa sociedade é uma cultura reprodutora da corrupção a cada momento. E nós ecologistas, nós do Partido Verde, durante a campanha do impeachment do Collor, buscamos levantar esse aspecto da realidade (...) Uma sociedade que a cada momento martela, através

da mídia, e do senso comum, que o cidadão só é realizado na vida a partir do momento que for rico, é uma sociedade que, está a cada momento, gerando os germes da corrupção de amanhã, porque o caminho mais curto para atingir esses valores que a sociedade coloca como sendo bons, evidentemente é a corrupção. (SIRKIS, apud GIL, 2003, p. 53)

No sentido de uma reorientação, no ano de 2000, foi publicada A Carta da Terra. Uma edição que reúne princípios, valores e objetivos da sociedade global para um mundo melhor. É como um código de ética com orientações para que as pessoas mantenham ações ecológicas.

O primeiro apontamento ficou pronto, na Rio – 92, mas não chegou a ser aprovado. O texto da carta passou por um processo de amadurecimento e foi re-organizado pela Comissão da Carta da Terra, criada em 1997 e responsável por organizar uma consulta mundial durante dois anos.

Em 2002 surgem mais dois documentos de cobrança e alerta para que hajam mudanças concretas e policiamento quanto à poluição e desarborização. A Declaração de Joanesburgo e Plano de Implementação são títulos contendo metas e ações que devem ser implementadas pelos chefes de Estado para evitar a degradação ambiental mundial. Foram criados na Rio+10, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada na África do Sul.

E em 2007, o quarto Relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) divulgou no dia 2 de fevereiro que a temperatura da Terra aumentará, até o final do século XXI, entre 1,8°C e 4°C. Este é o documento mais incisivo sobre mudanças climáticas já publicado no mundo. Junto com outros fenômenos atípicos, o relatório do IPCC jogou o aquecimento no topo da agenda política mundial.

As últimas três décadas do século XX foram constituindo os principais antecedentes históricos da questão ambiental. E com todos os fatos já descritos, a opinião pública brasileira foi passando por um processo de sensibilização ecológica. Antes disso, o termo meio ambiente sequer era influente, mas após a Rio -92, a imprensa mostrou que os ecologistas iriam colocar finalmente as suas questões na agenda pública.

Considerações finais

Compromissos políticos e ideológicos se constituíram no gerenciamento ambiental. Percebemos, então, que o discurso ecológico ocupa, assim, um espaço simbólico na construção da mudança social, seja nas práticas administrativas, políticas ou individuais.

Muitos fatores contribuíram para o crescente interesse pelas questões ambientais no Brasil. A imagem e o papel estratégico do nosso país na conservação da biodiversidade⁵; a devastação da Amazônia, maior reserva biológica do mundo, a consciência de que as catástrofes que vinham acontecendo se davam por causa da degradação sócio-ambiental, todos esses aspectos contribuíram para disseminar a preocupação com o meio ambiente por parte de várias parcelas da população.

Na verdade, ao final deste milênio, foram sendo disseminados preocupação e medo quanto aos fenômenos naturais. E isso contribuiu para formar um consenso de que todas as instituições sociais, principalmente as do campo da mídia e da educação, deveriam reorientar os princípios da ação humana em seu habitat.

Nesses últimos acontecimentos, os profissionais da comunicação social deram um grande apoio para a transformação que terá que ocorrer em defesa da preservação do meio ambiente neste século. A partir de agora, a intervenção dos meios de comunicação é vista como indispensável para impelir a sustentabilidade por parte da sociedade civil.

Ficamos, então, com a certeza de que não devemos encerrar-nos no estudo dos acontecimentos, mas entender que todos estes fatos históricos e coletivos denunciam os riscos e impactos ambientais do modo de vida moderno, e carregam, em suma, um ideário de mudança social.

O ambientalismo contemporâneo também contribui para uma perspectiva histórica, mesmo tendo como raiz uma tradição de longa duração que o antecede, como a compreensão iluminista do racionalismo, a visão amorosa do naturalismo, o romantismo europeu e o imaginário de Jardim do Éden sobre a América, a humanidade caminha, nesse momento, para novas descobertas sobre a sua ocupação no espaço global.

⁵ Biodiversidade (MOUSINHO, 2003) é a diversidade de organismos vivos e ambientes em que vivem, refere-se à quantidade de diferentes categorias biológicas e quanto à sua abundância relativa.

Referências:

- ASCENÇÃO, Elisabete; ALVES, Fernando Louro. *Desenvolvimento sustentável: ficha de atividades n. 8*. Lisboa: SETA, 2006.
- BONFIGLIOLI, Cristina Pontes. Discurso ecológico e mídia impressa: análise de discurso de um acidente ambiental. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4., 2004. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/caligrama/artigos/numero1/Rev%2006.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2006.
- CAMARGO, Aspásia. Governança para o século XXI. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio Ambiente no Século 21*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 32-55.
- COSTA, Cláudia Roberta B. Purcell; OLIVEIRA, Josylene Carvalho. *Educação ambiental: a formação do cidadão ambientalmente responsável no contexto ribeirinho de Belém*. Belém: Universidade da Amazônia, 2001.
- GABEIRA, Fernando. Congresso e meio ambiente. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século 21*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 121-138.
- GIL, Gilberto. Algumas notas sobre cultura e meio ambiente. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no Século 21*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 223-241.
- GRIIN, Mauro. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século 21*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 10-23.
- NOVAES, Washington. Agenda 21: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século 21*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 302-320.